

CADERNO REIVINDICATIVO DO SINTAP/AÇORES PARA 2010

INTRODUÇÃO

A Reforma da Administração Pública da responsabilidade do XVII Governo Constitucional (2005-2009) encontra-se em grande parte concretizada, tendo-se a mesma traduzido na publicação de uma série de diplomas legais que alteraram de forma substancial o estatuto jurídico-laboral dos trabalhadores da Administração Pública, isto é, o seu Estatuto da Função Pública.

Não obstante os esforços negociais da FESAP/SINTAP durante o período de 2005-2009, algumas das medidas legislativas daquela Reforma não mereceram, nem merecem, o nosso acolhimento e apoio porquanto penalizadoras dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores da Administração Pública.

Na sequência das eleições recentemente efectuadas para a Assembleia da República, da qual emanou o XVIII Governo Constitucional, o SINTAP/Açores entende, por isso, ser oportuno e pertinente a FESAP/SINTAP suscitar e reivindicar a nível nacional a correcção de algumas daquelas medidas legislativas penalizadoras dos trabalhadores da Administração Pública, a saber:

- 1. A necessidade de se obter uma redução substancial do prazo legal previsto para as progressões obrigatórias (10 anos é muito tempo e constitui um sério factor de desmotivação para os trabalhadores do sector);**

2. **O fim da mobilidade especial e da situação dos trabalhadores disponíveis, com a sua consequente reintegração na Administração Pública Central;**
3. **A implementação imediata da figura da pré-reforma na Administração Pública como forma de redução negociada dos recursos humanos na Administração Pública;**
4. **A simplificação e agilização do SIADAP, com a consequente eliminação das quotas na atribuição das classificações de serviço mais elevadas;**
5. **A revisão das carreiras ainda não revistas, cuja manutenção impede qualquer progressão aos actuais trabalhadores situados no topo das respectivas carreiras.**

Suscitadas estas questões a nível nacional, na expectativa de aí encontrar acolhimento para as mesmas em sede de elaboração do respectivo Caderno Reivindicativo, interessa e compete agora ao SINTAP/Açores elencar e apresentar aos Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores aquilo que são as suas principais preocupações e reivindicações regionais para o ano de 2010.

Ei-las!

1. ABERTURA DO PROCESSO NEGOCIAL TENDENTE À CELEBRAÇÃO DE UM ACORDO COLECTIVO DE CARREIRAS DE REGIME GERAL PARA OS TRABALHADORES CONTRATADOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.

À semelhança do que aconteceu a nível nacional o SINTAP/Açores defende a necessidade de se dar início na Região de um processo negocial tendente àquele fito.

2. ABERTURA DE PROCESSOS NEGOCIAIS COM OS HOSPITAIS DA ANGRA, HORTA E PONTA DELGADA TENDENTES À CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EMPRESA PARA OS SEUS TRABALHADORES COM CONTRATOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO.

O SINTAP/Açores irá promover junto da Secretaria Regional da Saúde e dos Hospitais de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada as necessárias diligências tendentes á abertura dos processos negociais destinados à celebração de Acordos Colectivos de Empresa para os seus trabalhadores com contratos individuais de trabalho de modo a se obter uma aproximação do respectivo regime jurídico-laboral ao do regime aplicado aos demais trabalhadores da Administração Pública.

3. REVITALIZAÇÃO DO CONELHO CONSULTIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

O SINTAP/Açores reivindica uma maior actividade deste órgão com o objectivo de nele virem a ser discutidas matérias relevantes para a melhoria e eficácia da organização e actuação da Administração Pública Regional.

4. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO.

Ainda existem algumas áreas profissionais vulneráveis neste âmbito, nomeadamente na área dos Assistente Operacionais, verificando-se ainda alguma carência em equipamentos de protecção individual e colectivo que garantam a diminuição dos riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Regista-se aqui também o incumprimento do disposto na lei em matéria de criação das Comissões de Segurança no Trabalho, tanto na Administração Pública Regional, como nas IPSS/Misericórdias, pelo que o SINTAP/Açores espera e reivindica que a Secretaria da Tutela proceda à implementação do regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro.

5. REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR (SUBSÍDIO DE INSULARIDADE).

Neste plano o SINTAP/Açores defende a necessidade de se proceder a uma adaptação do art. 11.º, n.º 2, als. a) a e) do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/A, de 23 de Outubro, à tabela única remuneratória para a Administração Pública, a qual passou a vigorar a partir do dia 1 de Janeiro de 2009, assim como a sua actualização em 3% para o ano de 2010.

6. RECLASSIFICAÇÃO E RECONVERSÕES PROFISSIONAIS V REPOSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO.

Entre os anos de 2004 e 2008 verificaram-se, na Região inúmeros casos de reclassificação e, até mesmo, de reconversão profissionais, por interesse e conveniência da Administração Pública Regional, nomeadamente por força da extinção da carreira de guarda nocturno, em que os trabalhadores em causa mantiveram os respectivos índices e escalões remuneratórios. Ora, face ao novo quadro legislativo em matéria de Vínculos, Carreiras e Remunerações, ao não se relevar o tempo de serviço anterior àquelas reclassificações/reconversões, criou-se a estes trabalhadores uma situação de injustiça relativa na medida em que atira o seu reposicionamento remuneratório para momento muito posterior.

Neste sentido, o **SINTAP/AÇORES** reivindica uma revisão de jure condendo destas situações de modo a repor a justiça e equidade devidas a estes trabalhadores.

7. SIADAPRA - SISTEMA DE GESTÃO E AVALIÇÃO DO DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL.

O SINTAP/Açores reivindica neste ponto uma simplificação e agilização do SIADAPRA, com a conseqüente eliminação das quotas na atribuição das classificações de serviço mais elevadas, à semelhança do que tem exigido a nível nacional.

8. TRABALHADORES DAS CASAS DO POVO DA REGIÃO.

Neste âmbito, o SINTAP/Açores defende a aplicação extensiva da remuneração complementar/subsídio de insularidade aos trabalhadores das Casas do Povo não abrangidos pela Portaria n.º 193/79, de 21 de Abril, por questões de igualdade e justiça relativas, assim como o descongelamento da progressão indiciária na Carreira, conforme prevê a Lei N.º67-A, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado)

9. AUMENTOS SALARIAIS PARA OS TRABALHADORES DAS IPSS/MISERICÓRDIAS.

O SINTAP/Açores reivindica uma continuada revalorização remuneratória destes trabalhadores, propondo-se assim aumentos remuneratórios na ordem dos 3% para 2010.

10. REVALORIZAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA TÉCNICA SUPERIOR DAS IPSS/MISERICÓRDIAS.

O SINTAP/Açores apresentou em Outubro de 2009 uma proposta reivindicando a Revalorização Profissional e Remuneratório dos Técnicos Superiores das IPSS/Misericórdias na Região.

A existência de Técnicos Superiores contratados pelas IPSS/Misericórdias a prestarem serviço para o IAS - Instituto de Acção Social, em todas as ilhas, com maior incidência em São Miguel, Terceira e Faial, para satisfazerem necessidades próprias e específicas daquele serviço público, em regime de horário completo e de subordinação hierárquica, auferindo contudo salários inferiores aos dos seus colegas da Administração Pública, é um factor de injustiça e de descontentamento que urge corrigir.

Isto, sem prejuízo da necessidade de se encontrar formas de revalorização profissional e remuneratória de todo o pessoal integrado na carreira técnica superior das IPSS/Misericórdias que o fixe e estabilize no sector.

11. FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

A formação profissional é importante para a valorização profissional e remuneratória de todos os trabalhadores da Administração Pública e das IPSS/Misericórdias.

Neste contexto, reivindicamos a existência de uma rica e diversificada oferta formativa na Região de modo a facultar aos trabalhadores do sector a possibilidade de acederem a acções que os valorizem e habilitem no exercício das respectivas profissões.

12. FUTURO DO PESSOAL DAS DELEGAÇÕES DA CONTABILIDADE PÚBLICA.

Face aos sucessivos anúncios de reestruturação orgânica do sector, e independentemente da mesma se efectivar ou não, o SINTAP/Açores releva a importância e a qualidade das competências e experiências profissionais adquiridas pelo pessoal das Delegações das Contabilidades Públicas Regionais, defendendo assim o seu integral aproveitamento noutros serviços públicos que delas careçam.

13. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REGIÃO - LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES.

Os estabelecimentos de ensino da Região lutam, de há muito, com gritantes faltas de pessoal, nomeadamente ao nível de Assistentes Operacionais, na área de acção e apoio educativo. Neste sentido, o

SECÇÃO REGIONAL COORDENADORA DO SINTAP/AÇORES

Rua do Rego, 62 - A | 9700-161 ANGRA DO HEROÍSMO
Telf.: 295 628 887 | Fax: 295 628 888
www.sintapazores.com | E-mail: sede@sintapazores.com



SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SINTAP/Açores reivindica a abertura de procedimentos concursais que reforcem os recursos humanos do sector, permitindo aliviar as sobrecargas horárias de trabalho e que actualmente penalizam os trabalhadores existentes.

Açores, ____ de Novembro de 2009

O Secretariado Coordenador Regional
do SINTAP/Açores